

## Em nome da inclusão escolar

### Resumo

Vivemos um tempo em que “sensibilizar” é um dos verbos mais chamados à conjugação nos documentos que tratam da inclusão escolar no Brasil. Diante disso, este trabalho propõe uma problematização do funcionamento e dos efeitos desse chamado. Para tanto, debruça-se sobre alguns documentos, entre eles, revistas, manuais e cartilhas, que objetivam sensibilizar a comunidade escolar sobre a inclusão escolar de deficientes. Tal problematização mobiliza algumas ferramentas desenvolvidas por Michel Foucault, tais como governamentalidade, governo pela verdade e subjetivação, a fim de analisar como assumimos as práticas de sensibilização como diretrizes de autoconduta frente aos deficientes na escola inclusiva e seus nexos com a racionalidade política atual. Nessas condições, foi possível destacar a funcionalidade das práticas de sensibilização para a inclusão escolar de deficientes como práticas de governo de si e dos outros. Ao promover o engajamento pessoal e ao compartilhar a vigilância sobre a inclusão escolar de deficientes, a sensibilização parece ser indispensável para a própria consolidação e manutenção do processo inclusivo, o qual muito interessa à lógica neoliberal.

**Palavras-chave:** inclusão escolar; sensibilização; deficiência.izado.

**Fernanda De Camargo Machado**  
UFSM  
nandadecm@yahoo.com.br

## Introdução

É possível imaginar atualmente algum sujeito da educação – seja professor, aluno, funcionário, familiar... – dizendo “não” à presença de um aluno deficiente na sua escola? Uma vez que a inclusão escolar assume a centralidade dos atuais arranjos, é visível que também a aceitação do outro toma lugar de destaque no nosso país. Vivemos um tempo em que sensibilizar é um dos verbos mais chamados à conjugação na cartilha da inclusão escolar. Sua “necessidade” é aclamada em vários trechos das políticas educacionais empreendidas na racionalidade contemporânea, que ressaltam a urgência histórica de aceitação de todos os sujeitos envolvidos na educação escolar, tendo em vista “a finalidade de avançar na direção do desenvolvimento de comunidades educacionais sensíveis à diversidade” (BRASIL, 2005a, p. 169)<sup>1</sup>

Tendo em vista o papel estratégico que a sensibilização parece exercer no cenário educacional, produto desse tipo de análise específica, esse trabalho questiona como estamos nos constituindo sujeitos sensíveis à presença da diversidade no âmbito da inclusão escolar. O que aqui se propõe é muito menos no sentido de afirmar ou destituir a necessidade de sensibilização para o funcionamento das relações pedagógicas, mas sim uma problematização sobre a produção e os efeitos desse chamado.

Interessante pontuar que *sensibilizar* vem de **sensível**, do latim *sensibilis*, de *sensus*, particípio passado de *sentire*, que significa “perceber, sentir”; e *aceitar* vem do latim *acceptare*, que quer dizer “receber de boa vontade”. Isso gera um olhar desconfiado sobre os efeitos de enunciados recorrentes nos discursos da inclusão escolar que proclamam a sensibilização como uma sensação e um sentimento sobre o outro, portanto, algo que se sente e que deve ser verbalizado. Não se faz aqui uma busca por uma suposta essência dos significados das palavras, mas o quanto podem ser interessantes para entender sua carga discursiva.

Tais questões só têm sentido num campo teórico-metodológico específico. Elas aparecem pela suspeita em relação a essa “quase naturalização” da sensibilização como meio de assegurar o sucesso da inclusão escolar. Em outras palavras, esse campo de

---

<sup>1</sup> Todos os excertos de materiais que vêm se constituindo como insumos para análise no âmbito deste trabalho estão convencionados em padrão itálico.

visão, por assim dizer, só foi possível a partir de determinados “óculos”, que serviram como munição, como uma espécie de disparadores do problema, como elementos dinamizadores de uma forma de pensamento.

Produziu-se essa problematização a partir dos estudos da governamentalidade, em Michel Foucault. Pretendeu-se olhar para as práticas de sensibilização para a inclusão enfocando relações entre os sujeitos deficientes e os sujeitos não-deficientes, a partir da análise de alguns manuais, cartilhas e exercícios que miram todos e cada um dos membros da comunidade escolar, apontando para os ganhos, nessa lógica, de tornar-se sensível ao outro. Tomando, com Menezes (2011), a inclusão como uma condição de estar e manter-se em condições de acesso e participação que faz parte de um regime de verdade no registro da governamentalidade neoliberal, optou-se por analisar não apenas seus textos oficiais, mas em seus desdobramentos, ou seja, em materiais decorrentes desses textos, como os que mais repercutem nas escolas. Cartilhas, revistas, manuais e testes são frutos das políticas e extremamente produtivos para um olhar dedicado à sua funcionalidade como partes de políticas e, nessa perspectiva, de práticas discursivas.

Tais escolhas justificam-se em algumas conexões efetuadas, para compreender a sensibilização como um processo revestido por uma sensação de proteção ao outro (dos sujeitos não-deficientes em relação aos sujeitos deficientes), mas principalmente como um investimento em si, como uma habilidade incrustada na noção de parceria, de associação, de sinergia entre os envolvidos – habilidade essa tão festejada no mundo globalizado. Em outras palavras, o acento está na criação de competências éticas que parecem ter uma estreita relação com a lógica do empreendedorismo.

Convém destacar que a inclusão não é um assunto apenas da escola na contemporaneidade. Também a sensibilização não é uma atitude festejada apenas entre deficientes e não-deficientes. Um exemplo disso é a própria noção de diversidade, que abrangeria a todos. No entanto, justifico o interesse nesse foco deu-se pela constatação de um investimento que aparenta ser mais contundente em processos de sensibilização de sujeitos não-deficientes em relação a sujeitos deficientes na escola inclusiva.

## Inclusão, seu “exército” e seus “soldados”

Menezes (2011) toma a inclusão para além de um paradigma educacional ou social. A autora a compreende como um princípio de organização da sociedade, propulsionado pela lógica neoliberal. Então, compartilha-se nessa pesquisa o entendimento da inclusão como parte de uma lógica que incentiva a participação e o acesso de todos a determinados espaços sociais, como uma grande rede que se tece em torno de políticas e práticas conectadas aos interesses e conveniências do modo de vida neoliberal. Nesse sentido, traz-se para o centro do debate a racionalidade que coloca em movimento os discursos da inclusão, com o propósito de compreender sua mecânica e discutir seus efeitos de verdade.

Assim, tenta-se destacar o contexto escolar movimenta a sensibilização como um dos princípios basilares dos discursos inclusivos, que agem como um postulado, um fio condutor e, ao mesmo tempo, uma meta a ser perseguida constantemente. É nesse sentido que se produz um regime de verdade para a inclusão, o qual tem na sensibilização um importante apoio para indexar a verdade (da inclusão) ao sujeito e fazer com que esta se manifeste por ele mesmo.

Por regimes de verdade eu gostaria de entender aquilo que constrange os indivíduos a um certo número de atos de verdade (...). Regime de verdade é, portanto, aquilo que constrange os indivíduos a esses atos de verdade, aquilo que define que determina a forma desses atos; é aquilo que estabelece para esses atos condições, efetuações e efeitos específicos (FOUCAULT, 2011, p. 77).

Para tanto, é preso entender como esse regime de verdade encontra as condições para tornar-se inteligível. Propulsionado pela crescente abertura dos mercados, pela dissolução das fronteiras de tempo e espaço e pela disseminação de narrativas de igualdade e harmonia entre os povos, o neoliberalismo irrompe no Brasil, reconfigurando também o cenário educacional, especialmente na metade final do século XX. A “escola para todos”, uma das marcas da *Conferência Mundial sobre Educação para Todos*, realizada em *Jomtien*, Tailândia (de 5 a 9 de março de 1990), vem sugerida como um direito do cidadão, este envolto em garantias de mobilidade social, de um futuro melhor, enfim, de uma série de expectativas de mais liberdade e respeito.

Nessa lógica, lançam-se as bases para que todos e, portanto, também os sujeitos deficientes passem a ser alvos de uma “nova” ordem mundial em gestação, a qual posiciona a própria aldeia global como espaço desejado. Há um interesse pelo outro; aquele outro que sempre esteve ali, mas agora está na vitrine. Ouso dizer que estamos aqui diante de uma das verdades contemporâneas que atravessam o campo da educação – uma metanarrativa estratégica que viabiliza a governamentalidade neoliberal. Nessa engrenagem, todos são importantes, no sentido de que ninguém pode ficar de fora de sua malha de regulação, e as instituições escolares continuam colocando em funcionamento táticas políticas de governamentalidade, entre elas, as práticas de inclusão, que abarcam também o âmbito escolar (LOPES, 2009).

Nesse fluxo que incita à busca, ao aperfeiçoamento de si, movimenta-se uma espécie de circulação regulada. Em outros termos, a partir dos mecanismos de autogoverno empreendidos pela escolarização, cria-se a possibilidade de ocupação de outras posições de sujeito: aquelas convenientes aos anseios neoliberais. A necessidade de controle social de “todos e de cada um” vai criando as condições de possibilidade para a implementação de políticas de inclusão (entre elas, a inclusão escolar) como um imperativo neoliberal, o que atende a uma demanda específica, de aproximar para governar melhor. Desse lugar, governar melhor não significa governar mais, senão utilizar a frugalidade do poder a serviço da máxima eficácia da condução das condutas, tornando-as autoadministráveis.

Produzir condutas que relacionam o sujeito com os demais – por meio de procedimentos que visam a gerir a população –, aliadas a práticas que o sujeito empreende com ele mesmo – pela ética –, além da amenização do risco, permite a autogestão da sociedade. Porém, para que essa lógica seja eficiente, algumas táticas e técnicas precisam ser inventadas/acionadas. É nesse regime que a inclusão, como elemento de participação e acesso de todos, toma inteligibilidade. Não basta ser parte da sociedade, é preciso participar. Mais do que isso, é preciso querer participar de certos espaços e incentivar que todos participem (MENEZES, 2011).

Thoma (2000) já refere o quanto essa convocação toma força nas malhas discursivas que colocam a inclusão nos direitos humanos, ou seja, estar incluído é um

direito dos governados. Também se visualiza nos materiais analisados o quanto ser aceito é um direito de todos que tem na naturalização da diversidade como condição humana uma de suas justificativas. O engajamento moral não aponta somente para a busca por direitos individuais, mas para a garantia da inclusão como um direito de todos, o que vai confirmando a inclusão como uma condição que tem etiqueta de verdade.

Assim, seria recomendável tornar-se um sujeito sensível, na medida em que a aceitação do outro é necessária, já que, sem a sensibilização, o objetivo de "incluir a todos" estaria inviabilizado. Em outras palavras, cada sujeito é responsabilizado por suas atitudes, convidado a engajar-se nessa causa que se intitula a mais verdadeira, a única possível para o progresso.

Nessa perspectiva, constituir nas relações inclusivas uma matriz de conduta sensível à deficiência é posicionado como indispensável para a própria manutenção da inclusão e de suas promessas de harmonia e ordem social. A demanda por sensibilização aparece indexada à própria demanda da inclusão escolar, tendo em vista esse novo regime de visibilidade sobre a deficiência. Ao criar-se a necessidade de incluir na escola comum os sujeitos deficientes, produz-se, correlatamente, a necessidade de sensibilizar, ainda que de forma preventiva, futuros professores, colegas, pais, funcionários, etc: *“A tolerância é a harmonia na diferença. Não é só dever de ordem ética; é igualmente uma necessidade política e jurídica”* (UNESCO, 1995, p. 11).

Desse modo, envolve-se a comunidade escolar para conscientizá-la de que garantir o direito do outro passa a ser garantia dos meus direitos, dos direitos de todos – nessa lógica, garantir o espaço do outro garante meu espaço, minha segurança, a segurança de todos. Afinal, numa sociedade ordenada, como se pretende a sociedade inclusiva, todos ocupam determinados espaços e posições sociais. Quando um se movimenta, todos os demais se movimentam também, como numa dança das cadeiras. Não se pode ficar parado, e isso inclui os deficientes: *“A prática da tolerância significa que toda pessoa tem a livre escolha de suas convicções e aceita que o outro desfrute da mesma liberdade”* (UNESCO, 1995, p. 12).

Aí se pode compreender a constituição do palco para o exercício de convencimento do papel de todos e de cada um na construção de uma nação mais feliz. Foucault mostra que a liberdade e o poder – entendido como um investimento consentido numa relação de “lucro” compartilhado – são conexos, principalmente, a partir do Estado de razão liberal. Essa premissa mantém-se e intensifica-se no regime governamental neoliberal; cada cidadão é convidado a engajar-se e a exercer o poder sobre si mesmo, investindo e gerenciando a sua própria posição de inclusão, mas também a dos demais.

Algumas pistas, entre tantas possíveis, vêm se anunciando, de forma que se abordará algumas para compartilhar esse processo. Vem-se tomando práticas de sensibilização para a inclusão com o um conjunto de práticas de subjetivação que buscam constituir um guia de conduta para que cada um empreenda sobre si mesmo um gerenciamento das suas escolhas e atitudes em relação à inclusão escolar de deficientes, de forma a otimizar a economia política neoliberal, tendo em vista seu interesse em: 1) consolidar a inclusão escolar como verdade; 2) distribuir a responsabilidade pela qualidade da inclusão; e 3) manter em equilíbrio a balança, a harmonia das relações inclusivas, tendo em vista a economia política. Para tanto, alguns enunciados aparecem, em especial, como ganhos, como lucro, como benefícios advindos da sensibilização de si para a inclusão como uma “boa” escolha.

É a partir de algumas táticas – entendidas como meios – e de suas relações com estratégias – entendidas como os fins para os quais esses meios se destinam (CASTRO, 2009) – que penso ser possível verificar as práticas de sensibilização recorrentes nos documentos atuando como parte de uma tecnologia da verdade. Mobilizar condutas que se tornem sensíveis à necessidade de inclusão escolar de deficientes parece não ser o principal objetivo. Apenas conscientizar e convencer sobre os direitos de todos à escolarização, participação e acesso aos espaços sociais é uma atitude celebrada, porém não suficiente. A demanda é que a sensibilização produza efeitos de engajamento à causa e convivência produtiva. Para tanto, algumas táticas são empregadas a fim de que, ao tornar-se uma verdade assumida pelo sujeito, a necessidade de inclusão escolar de todos



seduza pelas vantagens que produz. Até as relações com a deficiência nos são ensinadas a gerenciar pelo neoliberalismo.

Visualiza-se a implementação de campanhas, reportagens e cartilhas que mobilizam formas específicas de interpretar e interagir com a diversidade deficiente na escola inclusiva. Mais do que isso, esses materiais voltam-se à produção de critérios de mudança, aperfeiçoamento ético e autoempreendimento no que se refere à conduta de todos e de cada um frente ao deficiente na escola regular. Segue um exemplo:

*Os comportamentos de rejeição e de superproteção à diferença devem ser desvelados, discutidos, compreendidos e modificados, inclusive como parte da ação educativa da escola, que é formar cidadãos ativos, conscientes, críticos e responsáveis (BRASIL, 2005b, p. 7).*

Não é novidade que a escola, chamada a ser inclusiva, também é convocada a remodelar suas práticas, comportamentos, atitudes frente aos estudantes deficientes, que agora compõem seu alunado. Conforme destaca a Declaração da Tolerância (UNESCO, 1995, p. 15), “a educação para a tolerância deve ser considerada como imperativo prioritário”. Nessa paisagem, em que incluir é uma bandeira de luta assumida por todos em consonância com as disposições internacionais, aparece de forma contundente um chamado à convivência como uma necessidade inadiável. A indicação da tolerância como uma meta nacional, que tem na educação escolarizada a sua principal mola propulsora, tal como destaca o documento em questão, leva-me a tratar a sensibilização para a inclusão como uma das ressonâncias desse movimento, ou seja, como uma questão de governamentalidade. Afinal, Estado e mercado – não como entes supremos, mas como elementos que produzimos e com os quais somos atravessados – tomam para si o objetivo de gestar e gerenciar uma proposta de relacionamento harmônico entre todos.

Nesse contexto, em que a escola ocupa posição privilegiada, é preciso que todos se sensibilizem. Todos são alvo desse imperativo:

*Há a necessidade do envolvimento coletivo, onde o trabalho de sensibilização e conscientização deva começar da pessoa que atende na portaria, as merendeiras, os funcionários administrativos e abranger todos os sujeitos envolvidos no processo educacional (BRASIL, 2006, p. 182).*



Assim, os discursos da inclusão escolar parecem ter, na sensibilização de todos e de cada um, um importante elemento de mobilização e participação coletiva que imprime um caráter democrático a esse processo. Ou seja, o argumento de que a inclusão escolar seria um ato impositivo, verticalizado, imposto pelas plataformas governamentais, acaba perdendo alcance, já que todos são chamados a engajar-se.

Dessa forma, os materiais possibilitaram-me visualizar a importância que a sensibilização adquire para a manutenção e consolidação da própria inclusão escolar. No caso do *Projeto Escola Viva*, ela aparece como o “primeiro conteúdo” do currículo daquela formação:

*Antes de se iniciar um trabalho com alunos com deficiência em classes comuns do sistema regular de ensino, é necessário que se desenvolva um trabalho de sensibilização e acolhimento para a convivência na diversidade com os demais alunos, enfatizando a importância das diferenças entre indivíduos, de maneira geral (BRASIL, 2005b, p.6).*

Esses repertórios produzem e são produzidos na atual racionalidade, de modo que tornar-se sensível à presença da diversidade na escola parece ser uma competência, um predicado a ser ensinado, conduzido, de maneira que atue como uma pedagogia, de modo que ele passe a fazer isso por ele mesmo. É nesse sentido que me parece que a sensibilização age na “alma”, princípio esse que permite tratá-la na esteira dos processos de subjetivação.

Penso que, entre as táticas acionadas, há alguns exercícios passíveis de serem empreendidos, de acordo com a materialidade. A cartilha “Sensibilização e Convivência”, do *Projeto Escola Viva*, aponta-os como simulações e reflexão intelectual, sendo que há uma observação em destaque:

*É muito importante que os participantes sejam incentivados a dizer como se sentiram durante as atividades, principalmente naquelas em que são simuladas vivências de deficiências, pois sabemos que essas podem se constituir em experiências muito enriquecedoras e marcantes para a pessoa (BRASIL, 2005b, p. 11).*

Nesse quadro, seria natural que houvesse uma “voz interior” que indicasse a necessidade de ser sensível à presença dos deficientes na educação e que ela precisa ser manifestada, confessada. Avelino destaca a importância da confissão para o governo, de acordo com Foucault (2011, p. 146), pois “a confissão é retomada como reconhecimento por meio do qual o sujeito autentica em si mesmo pelo discurso suas próprias ações e pensamentos”, o que a levou a tornar-se uma técnica inscrita “no coração dos procedimentos de individualização pelo poder político”. Seguindo a perspectiva em que se inscreve esta pesquisa, problematiza-se tal “despertar da consciência” como práticas de direção da consciência, como formas de produzir interesse pelos sujeitos deficientes e refletir sobre suas próprias atitudes e escolhas.

*Como qualquer outro conteúdo pedagógico, é importante que você [professor] inicie um diálogo a partir das vivências concretas de seus alunos a respeito das pessoas com deficiência.*

*Você conhece alguém com deficiência? Quem é essa pessoa?<sup>2</sup>*

*Como você se relaciona com ela?*

*Que tipos de sentimentos ela desperta em você?*

*O que acharia de ter colegas com deficiência na classe?*

*Acredita que seria legal, que teria o que aprender com ele ou lhe ensinar? (BRASIL, 2005b, p. 7).*

Os documentos indicam que uma das vantagens da sensibilização seria a pessoa “se conhecer melhor” e “conhecer melhor” a condição de deficiência do aluno incluído ou a ser incluído na sala de aula comum. Nesse momento, um enunciado “salta aos olhos”: o incentivo não somente à tolerância, mas à convivência ativa e produtiva com a deficiência na escola inclusiva. Somente tolerar, aceitando com uma postura indiferente, não é mais uma atitude celebrada, pois,

*como já escreveu Paulo Freire, o conceito de tolerância pode trazer a idéia de que, apesar de sua superioridade, o tolerante faz um favor ao tolerado. Este, por sua vez, diante de tamanha bondade, mostra-se humilde e grato: "Não é desta tolerância nem deste tolerante nem tampouco deste tolerado que falo. Falo da tolerância como virtude da convivência humana. Falo (...) da qualidade de conviver com o diferente. Com o diferente, não com o inferior" (FERREIRA, p. 13, 2006).*

---

2 Grifos do original.

Em outras palavras, muito mais do que manter os deficientes numa zona de tolerabilidade, vivemos num tempo de estímulo e promoção da aprendizagem pela convivência, que seria mais uma das vantagens de produzir-se sensível à inclusão de deficientes. Um dos aspectos que parecem valorizar ainda mais a *performance* inclusiva é assumir essa causa, tornando-se um “parceiro/sócio” na vigilância pela inclusão de todos.

Assim, visualiza-se o convite para que todos os partícipes da escola se tornem colaboradores da inclusão escolar. Esse engajamento pela sensibilização pretende muito mais do que expressar que “os poderosos e os estáveis não estão colocados num Olimpo de onde possam contemplar impavidamente a miséria do mundo” (CASTEL, 2009, p. 34). Ele empreende estratégias que convencem das vantagens de tornar-se sensível e conviver com o deficiente na escola, agindo como um chamado ao autoaperfeiçoamento: “aprender com o outro”, princípio que me permite pensá-lo na esteira do neoliberalismo e de seus requisitos de capitalização do humano.

*Eu sempre aceitei estes alunos e nunca tive problemas, (...) também não deixo lá jogado no canto só para dizer que está integrado. Já aprendi muito com esses alunos, muito mais do que com os outros que não têm nenhuma deficiência (BRASIL, 2006, p. 20).*

Esses exercícios de sensibilização não poderiam escapar à matriz de sentido contemporânea: o mercado, a valorização do capital humano e a concorrência. No que se refere aos processos de subjetivação implementados nessa esteira, podem-se apontar interessantes discussões que denotam a capitalização da vida humana como um todo. Trata-se do Capital Humano – expressão utilizada por estudiosos da Escola de Chicago, desenvolvida, em especial, por Theodore Schultz, em 1973. Desse lugar, estudos recentes – destacam-se, no nosso país, os de Sylvio Gadelha Costa – vêm reportando o que parece ser outro gradiente da cultura contemporânea, em que cada um mira a si mesmo como passível de investimento e aperfeiçoamento, dando acento especial aos seus comportamentos e às suas habilidades cognitivas. Justifica-se essa aproximação por entender, seguindo Costa, que a capitalização da vida humana “não é outra coisa senão uma das expressões do exercício do que Foucault chama de governamentalidade neoliberal” (2009, p. 180).

## Considerações finais

Em sendo a sensibilização um chamado a cooperar e conviver, é possível tomar seus efeitos (como aceitação, respeito e tolerância) como habilidades requeridas nestes tempos de mercantilização das relações, pois, além de a sensibilização persuadir todos e cada um para evitar o risco da intolerância, incentiva o convívio, em que o deficiente passa a exercer uma função ativa de aperfeiçoamento daquele que se sensibiliza (ele não só é ajudado, como ajuda este a tornar-se melhor). No entanto, mais que autoaperfeiçoamento, parece que a sensibilização promove a flexibilidade e a parceria produtiva, princípios alinhados à racionalidade neoliberal.

Talvez um dos objetivos políticos da sensibilização como um utensílio politicamente correto seja ensinar a permitir a presença estranha do outro, pois há o bônus de que ele chega a uma distância segura, que não permite uma invasão do lugar e do *status* daquele que foi sensibilizado. Pelo contrário, esse lugar é reiterado. É por isso que, para aceitá-lo, é preciso conduzir outra experiência de si que permita o acostamento com o outro. No entanto, não parece tratar-se de uma simples aproximação, mas sim de uma relação custo/benefício, com ganhos para ambas as partes, o que tem sentido na atual lógica concorrencial. A sutileza de um envolvimento voluntário com a deficiência não só garante o sucesso da inclusão, como permite ajudar esse sujeito a tornar-se melhor com ele.

Assim, a condição de normalidade ficaria inabalada, ou melhor, aperfeiçoada, “evoluída”, já que tais discursos enaltecem que é possível até mesmo aprender com o “diferente”. Em outros termos, é possível pensar se sensibilizar para uma convivência ativa com a diversidade significaria nutrir um contato civilizado com as alteridades deficientes, uma forma de manter a ordem social e fomentar a flexibilidade.

Então, anexadas à necessidade de sensibilizar a si mesmo e manifestar-se a partir da inclusão escolar como verdade com que se engajar e a conduzir suas atitudes na escola, creio que há uma lista de rendimentos que fazem a balança pender para o lado da sensibilização:

- a vantagem de conhecer-se e de conhecer melhor a deficiência do outro;
- a vantagem de reiterar a própria normalidade ao identificar a lacuna do outro;
- a vantagem de aprender em comunhão com ele, formando uma espécie de sociedade, de parceria, de cooperação, em que todos ganham;
- a vantagem de sentir-se gestor de sua própria inclusão e zelador do direito de inclusão do outro.

Se for um imperativo que todos convivam juntos na escola, é possível discutir a implementação de um regime existencial conveniente à racionalidade em curso, no qual as práticas de sensibilização para a inclusão assumem uma função crucial de engajamento coletivo e de automonitoramento de ações frente ao deficiente, de forma a zelar pela sua inclusão e pela inclusão de todos.

Todos os materiais, documentos, relatos, depoimentos, exercícios e testes fazem parte de uma política específica de sensibilização para a inclusão, que não é uma obviedade, uma coincidência, tampouco uma necessidade aleatória. Ela faz parte de um modo de vida no qual a escola inclusiva é chamada convenientemente a atuar como uma maquinaria autogovernada, acionando práticas em que cada um aprende a tornar-se e a manter-se sensível, consciente da presença dos deficientes como forma de engajar-se e de vigiar a sua própria inclusão e a dos demais.

## Referências

BRASIL. **Educar na diversidade**: material de formação docente. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005a. 266 p.

BRASIL. **Projeto Escola Viva**: garantindo o acesso e a permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005b. 5 v.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poleti. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

CASTRO, *Edgardo*. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Tradução Ingrid Müller. Revisão técnica Alfredo Veiga-Neto e Walter Omar Kohan. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

COSTA, Sylvio de Souza Gadelha. Governamentalidade Neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 34, n. 2, mai/ago, p. 171-186, 2009.

FERREIRA, Windyz. Educação inclusiva: será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos??? **Inclusão**: Revista da Educação Especial. Brasília, v. 1, n. 1, out, p. 40-46, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Do governo dos vivos (1979-1980)**: excertos. Organização de Nildo Avelino. 2. ed. São Paulo: Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

HISTÓRIA DAS PALAVRAS. **Site**. <http://steinhardts.wordpress.com/> Acessado em 18.jan.2013.

LOPES, Maura Corcini. Inclusão como prática política de governamentalidade. In: LOPES, Maura Corcini; HATTGE, Morgana Domênica (Orgs.). **Inclusão escolar**: conjunto de práticas que governam. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

MENEZES, Eliana da Costa Pereira de. **A maquinaria escolar na produção de subjetividades para uma sociedade inclusiva**. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós – Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS. 2011.

THOMA, Adriana da Silva. Os surdos na escola regular: inclusão ou exclusão? **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul (RS), v. 6, n.2, p. 41-54, 2000.

UNESCO. **Declaração de Princípios sobre a Tolerância**. Paris: 1995.